

## **Texto debatido no Comitê Central sobre as eleições 2022**

### **Avaliação Política dos Resultados Eleitorais 2022 e Perspectivas**

Os resultados do PCdoB nas eleições se dão como parte da grande e vitoriosa batalha pela derrota de Bolsonaro e a eleição de Lula à Presidência da República. Fomos artífices disso, força de primeira linha, devemos orgulhar-nos. Era o principal e maior objetivo do 15º Congresso e obtivemos uma vitória histórica que abre a travessia rumo à retomada da ofensiva tática de forças progressistas.

Foi assegurada a presença institucional do PCdoB no Parlamento, superando as injunções da cláusula de barreira e fim das coligações. Isso decorre da grande conquista democrática que foi a criação das Federações partidárias, onde também o PCdoB teve papel decisivo, e constituímos a Frente Brasil da Esperança, a segunda força parlamentar na Câmara dos Deputados.

Entretanto, os resultados próprios do PCdoB nas eleições proporcionais foram insatisfatórios; persiste o declínio de votos e cadeiras federais, confirmando tendência que vem desde 2014. Isso acarreta sérias consequências para o papel político e organizativo do PCdoB, e não comporta autoindulgência.

O objetivo central era a disputa de cadeiras à Câmara dos Deputados, no âmbito da Federação Brasil da Esperança, considerada decisiva para enfrentar os resultados negativos estratégicos de 2018. Ligado a isso, a eleição de deputados estaduais, de governadores e senadores aliados e suplentes. Não foram traçadas metas de votos válidos na eleição a deputados federais.

Foram construídas até 15 candidaturas competitivas à Câmara dos Deputados. Em primeiro plano, reeleger as atuais 8 cadeiras em 7 Estados, alcançar uma segunda vaga em SP, RJ e MA, conquistar nova vaga no AM, CE, MG e RS. Quanto aos estaduais, havia projeção de eleger até 22 cadeiras em 16 Estados.

Os resultados foram aquém do que perseguimos (um dossiê completo foi posto à disposição). A bancada federal diminuiu de 8 para 6 deputados, os votos válidos nacionais alcançaram 1,05%. Na eleição a deputados estaduais conquistamos 18 vagas em 11 Estados e a votação foi de 1,45%. Contribuímos com a eleição de 9 governadores e 12 senadores aliados. Conquistamos a segunda suplência de Flávio Dino ao Senado no Maranhão, com Maria de Lourdes Pereira, e de Beto Faro, no Pará, com Leni Campelo.

As 6 vagas de deputados federais se deram em 5 estados: RS, RJ, BA (2), PE, MA. Ficaram na primeira suplência quatro candidaturas (SP, RJ, CE, ES). Outras duas candidaturas alcançaram a segunda suplência, com grandes votações (SC

e MA). Duas candidaturas alcançaram a maior votação da FEB, mas não se fez o QE (AC e AP - neste último um recurso jurídico aguarda votação no TSE).

Há também o fato de que, de imediato, há perspectiva viável de condução de Orlando Silva e Inácio Arruda ao exercício do mandato federal, bem como à possível vitória jurídica que garantiria o mandato federal no AP.

Foram valorosas campanhas, dentre as quais de 11 mulheres candidatas. O maior percentual foi de Perpétua Almeida (3,4%), seguida de Marcivânia Flexa (3,1%). As maiores votações proporcionais que se seguiram foram de Márcio Jerry (2,86%), Vanessa Grazziotin (1,86%), Daniel Almeida (1,58%), Alice Portugal (1,56%), Flávia Alves (1,51%), Daiana Santos (1,43%), Renildo Calheiros (1,20%), Jandira Feghali e Giovana Mondardo (0,98%), Inácio Arruda (0,93%).

Consideradas em termos de Estados, as maiores votações na eleição proporcional a federal foram MA (4,61%), AP (4,32%), AC (3,46%), BA (3,17%), AM (1,86%), RS (1,75%), RJ (1,44%).

Foram eleitos 18 deputados estaduais em 11 estados: AC, BA (4), CE, MA (5), MG, PB, PE, RJ, RS, SP, TO. Somam 5 primeiras suplências RJ, AP, PB, RN, TO - nestes 4 últimos casos tendo sido eleito o governador aliado. Há mais duas segundas suplências (ES e PA). Desta lista, 8 são mulheres.

Consideradas em termos de Estados, as maiores votações na eleição proporcional a deputados estaduais foram MA (6,38%), BA (4,54%), TO (3,39%), AP (2,33%), PB (2,11%), CE (2,04%), PE (1,7%), AC (1,39%), RJ (1,27%), RS (1,19%), AM (1,04%), MG (0,97%), SP (0,96%).

No contexto das forças partidárias, o PCdoB se encontra na 13a. posição, empatado com 6 deputados com o PV e o PSC. Mas o quadro é mutante, face às fusões/incorporações ou Federações ainda possíveis.

A FEB elegeu 80 deputados federais, 68 do PT, 6 do PCdoB e 6 do PV. O PT recuperou a bancada federal em 21% e a estadual em 38%. Manteve 4 governos estaduais e elegeu 4 senadores, com duas novas vagas.

O resultado do PCdoB de 2022 segue, portanto, eleitoralmente declinante e dá curso ao histórico desde 2010: 2,7 milhões (2010), 1,9 (2014), 1,3 (2018) e 1,1 (2022). Para deputado estadual: 2,3 milhões (2010), 2,7 (2014), 2,3 (2018) e 1,6 (2022).

Além disso, neste ano a votação segue muito desigual pelas regiões do país, onde se destaca o Nordeste - em especial MA e BA - havendo apenas recuperação parcial no Sudeste e Sul. Nas capitais, o índice de votos válidos a federal foi de 1,05%, a mesma porcentagem nacional, e em apenas 6 delas se ultrapassou 1%.

Há que se considerar três outras questões. A instabilidade da construção do projeto eleitoral em função do objetivo perseguido da Federação, condicionou a construção do projeto e a pré-campanha e nos tirou da rota de chapas próprias. Impôs a volta ao esquema de concentração de candidaturas com a FEB, previsivelmente reduziu nossa votação global e elevou bastante a linha de corte, dada a concentração também do PT e demais aliados.

Também há que considerar que não houve acumulação nas eleições municipais em 2020, em especial nos grandes centros urbanos; ao contrário, reduzimos posições; as exceções notórias foram RS e BA.

Além disso, houve perda de quadros ou de candidaturas previstas em função do impasse da cláusula de barreira e das perspectivas da Federação (houve baixas no CE, MA, PE, AC, MG, SE, PA, RR, entre outras, nos últimos 2 anos). Mesmo com a Federação, diversas filiações possíveis não se consumaram - PR, DF, CE, MG, PB, BA, GO entre outros.

II

A condução realizada pela direção nacional, por meio da CPN e CC, bem como do GTE, foi essencialmente justa no sentido de fixar objetivos concentrados, em especial na eleição à Câmara dos Deputados, no seio das alianças estaduais.

Três dados mais fundamentais da tática eleitoral devem ser considerados.

Foi decisiva, em primeiro lugar, a atitude sagaz de todo o partido em torno da frente ampla democrática, na condução da campanha nacional e no empenho na mobilização social. O PCdoB teve papel destacado na campanha Lula. Desde a primeira hora, agindo pela questão central que definia a vitória, a de unir amplo espectro de forças para a derrota de Bolsonaro - a primeira e maior consigna do 15º Congresso. Atuou com protagonismo próprio em todo o largo espectro de forças para a construção da Frente Ampla. Integrou o Conselho Político da Campanha, formulou a proposta aprovada no CC de Plataforma para o novo governo, teve papel destacado na elaboração do Programa de Lula Presidente, na mobilização política e social e na Comunicação. O PCdoB esteve na primeira linha da histórica vitória obtida, elevou a relação de respeito e confiança com Lula.

Foi providencial, também, a grande vitória na criação das Federações partidárias, considerada vital para as perspectivas de ação política institucional plena do PCdoB no cenário político do país. Entretanto, o movimento político prévio à pré-campanha implicou todo um conjunto de indefinições táticas na construção do projeto eleitoral do PCdoB desde a aprovação em setembro de 2021, até sua efetivação final em abril.

Foi fundamental, em terceiro, mas não menos indispensável, a atitude combativa, unida e motivada do coletivo militante em todo o país, onde se destaca, em especial, a atitude valorosa das candidaturas 65, com desprendimento e grande empenho.

Fixar a meta eleitoral de 11 federais em 9 Estados tinha sentido mobilizador, não tendo prejudicado a concentração necessária de esforços em conquistar vagas a federal, que se mostrou politicamente justa.

A direção nacional e dos Estados mostraram coesão em torno dessas orientações em todo o país e o partido mostrou, em geral, capacidade de articulação política, protagonismo e comando efetivo da estratégia da campanha.

Os insuficientes resultados não se deveram a erros de projeto e condução nacional e estaduais (como em 2018). Foram intensas intervenções bilaterais do GTE, derivados da CPN, enfrentando controvérsias, apontando caminhos e tendo papel decisivo, em relação com a direção estadual. Superamos largamente a experiência de 2018. Houve grande esforço GTE nacional no RS, RJ, BA, CE, MA, AP, MG, também em SC, PB, PA, GO, ES, TO, MT e outros, sem os quais a vitória seria difícil.

Entretanto, foram enfrentados obstáculos referentes à unidade partidária na construção do projeto e na condução da campanha, em especial quanto às prioridades perseguidas e na articulação entre as dobradas de federal e estadual. Também, em alguns casos, houve direções dispersas, com dificuldade de comando, numa realidade partidária que é muito desigual em termos de acúmulo e experiência.

Na esfera do financiamento da campanha, na comunicação, na organização e mobilização do partido e na mobilização social, foi intenso o trabalho da direção nacional.

A direção nacional e as direções estaduais mobilizaram soma de recursos inédita na campanha. Foi trabalho exaustivo, de intensas implicações políticas, debatido em interação com todos os Estados. A resultante foi positiva, dando plenas condições à consecução do projeto estabelecido, acolhendo as demandas, construindo consensos. Do ponto de vista jurídico, contábil e financeiro, o trabalho foi de enorme complexidade e de grande competência.

O trabalho da Comunicação na campanha eleitoral foi de direção política junto ao conjunto do partido, presença no núcleo da comunicação da campanha presidencial, além da produção de conteúdo para o PCdoB e Vermelho e o trabalho de redes sociais. Alinhou-se satisfatoriamente o esforço nacional de campanha em todo o país.

Na mobilização social, o partido integrou e ajudou a dirigir todos os esforços organizados em torno da campanha Lula Presidente, com protagonismo e unidade no seio das articulações das Centrais Sindicais e as frentes dos movimentos sociais.

III

O debate de fundo sobre os resultados precisa ser enquadrado no contexto concreto. Este balanço tem que extrair consequências frontalmente, mas nos termos das novas perspectivas.

O resultado de 2022, mesmo insatisfatório, tem outro signo em comparação com 2018. Em 2018 o PCdoB sofreu uma derrota considerada estratégica do projeto eleitoral, que quase nos colocou fora do jogo político, superado com a união com o PPL e, agora, com a Federação.

Hoje, os resultados, mesmo aquém do projetado, trazem outras perspectivas, com a vitória alcançada na eleição presidencial. O PCdoB esteve no jogo na primeira linha, segue presente na área representativa institucional, é respeitado, tem uma bancada admirável, forte presença social e é formulador político tático e estratégico reconhecido no país, é amplamente respeitado por todo o espectro político democrático. Há condições para a retomada da ofensiva das forças progressistas e, nesse curso, relançar a ação partidária em todos os terrenos.

O declínio eleitoral do partido espelha a realidade, mais clara hoje, de que o país sofreu poderosa contraofensiva reacionária iniciada em 2013. Os acontecimentos daquele ano, prévios às eleições de 2014 com Dilma, foram o pródromo de um ciclo de defensiva tática do campo popular.

A vitória de Dilma em 2014 foi tão pressionada quanto a de Lula hoje, em números aproximados, e também foi questionada por Aécio Neves. O país adentrava a crise econômica, 2015 foi de franco declínio. Sobreveio o impeachment, o lawfare da Lava Jato, o governo ultraliberal de Temer, Lula, o maior líder popular do país, ficou preso 580 dias e impedido de concorrer à Presidência em 2018. Seguiu-se a vitória de uma força fascistizante ao governo e a expressão de força social relevante em seu apoio até hoje.

Em meio a tudo isso, a pregação antipolítica, a criminalização do movimento social, o enfraquecimento dos sindicatos, a contrarreforma que abalou os direitos dos trabalhadores. Nesse quadro abertamente regressivo, de um governo federal de tendências fascistizantes, reforçou-se a demonização da esquerda, sob a pregação permanente de suposto comunismo, as guerras culturais, a estratégia maciça da desinformação, a utilização de religiões como arma política. Na campanha, a violência da extrema-direita levou a agressões físicas e assassinatos de apoiadores de Lula.

Não há como os comunistas deixarem de ser duramente penalizados nesse processo, como força conseqüente, com vocação estratégica e projeto transformador para o país. No mundo capitalista, isso afetou os PCs de maneira diferenciada, mas igualmente marcantes - em geral, não têm a condição de alternativa política, também são atingidos pela onda conservadora. Isso se reflete em nas votações e surgiram forças políticas de “esquerda”, ecléticas ideológica e politicamente, praticamente federações de tendências que algumas vezes superam os PCs eleitoralmente. (Um estudo da SRI vai em anexo, ao final).

No Brasil, o PCdoB não reuniu condições suficientes para enfrentar isso, pagou altíssimo preço nesse ciclo, até ameaçado de ser extirpado do cenário institucional do país. Mas não esmoreceu na luta pelo projeto que lhe dá identidade e razão de existir.

Esse o contexto que emoldura os resultados. O declínio eleitoral do PCdoB espelha a instalação a situação de progressiva defensiva tática das forças progressistas, que tem por foco narrativo poderoso discurso reacionário, em meio a um quadro histórico de defensiva estratégica dos comunistas.

Tudo isso não diminui a exigência do debate necessário em torno do dilema de elevar a votação do PCdoB. A representação eleitoral é expressão concentrada de toda a força do labor partidário. A frente de ação institucional não substitui as demais frentes das lutas partidárias, mas diz respeito ao senso de representação social dos comunistas, prestígio de suas ideias, política e presença ativa na luta dos trabalhadores e do povo. É o desafio vigoroso para as perspectivas do país e do partido.

Isso recupera debates já instituídos há tempos, que envolveram 3 grandes ordens de questões: 1) o posicionamento e lugar político do PCdoB - problema tático fundamental que envolveu o debate sobre qual Federação integraríamos, 2) o “peso” da identidade comunista, 3) toda a gama de questões relativas ao partido. Todas tinham motivações nascidas de problemas reais, mas nossas opções foram feitas, nos debates realizados antes, durante e após o 15º Congresso.

No que toca ao lugar político no tocante ao posicionamento eleitoral, o debate inicial desde 2014 foi de reposicionamentos na estratégia eleitoral: disputar cargos majoritários e superar a necessidade de coligação, mediante chapas próprias. Isso chegou ao limite com as eleições de 2018 - onde não atingimos uma das barreiras eleitorais - e com o fim das coligações proporcionais a partir daí. Somou-se o resultado de 2020, onde não acumulamos bem com candidaturas próprias. Do dilema fomos ao impasse. Daí nasce o impulso às Federações.

A Federação a queríamos mais ampla. Nesta primeira fase de constituição, ela teve papel essencialmente de coligação. Mas foi decididamente vitoriosa a construção com PT e PV, nos termos aprovados pelo CC em dezembro de 2021. Resta por lutar sobre como e quando é possível dar-lhe dimensão mais ampla, como conduto para forças progressistas se unirem como legenda eleitoral. É um processo de construção, em meio a unidade e luta.

O segundo tema, o da identidade. O peso do anticomunismo é imenso, de fato. Mas o ângulo mais amplo e de fundo é o contexto da crise do neoliberalismo que, não pela primeira vez na história do capitalismo, não produziu, de saída, opções revolucionárias, mas uma deriva conservadora no mundo, capitalizada à direita e extrema-direita. Com ela, produziu-se o ambiente de desesperança e falta de referências para o futuro, desalento e busca de saídas individuais com o ideário meritocrático e mesmo a negação da política, rebaixa-se o senso cívico, assoma a extrema-direita, com base de massas.

Esse debate concluiu pelo tema da identidade abasileirada, contemporânea, que dialoga com todas as camadas sociais do país com foco em seu programa socialista pela via de NPND. Reafirmamos a necessidade de nitidez estratégica do PCdoB, em função dos interesses maiores da nação e do povo, com vocação para a grande política e flexibilidade tática para não se isolar. Não é primordialmente na identidade comunista que reside a raiz do dilema eleitoral, e sim no contexto em que atuamos.

Em terceiro lugar, comparece ao debate toda a gama de questões relativas ao partido. Ou seja, avaliar as debilidades do PCdoB em interpretar a fundo os processos de grandes mutações políticas e sociais e ajustar sua intervenção. É o fator subjetivo, da lucidez e determinação política para enfrentar os problemas, com o espírito crítico necessário. Isso é necessário dizer, pois este debate já tem 8 anos. Foi um dos pontos centrais do 15º Congresso.

O Brasil viveu profundas modificações sociológicas nos últimos 20 anos. Mudam as condições em que se forma a consciência política, numa realidade de crise que afeta a vida de milhões de pessoas no país; das poderosas transformações das relações de trabalho; das novas morfologias e bandeiras dos anseios sociais e civis; das transformações urbanas no país; do papel central das redes sociais e as estratégias da desinformação; da re-emergência da religiosidade como arma política. As referências clássicas das lutas sociais estão em mutação, sobretudo as sindicais, dadas as mudanças nas relações de trabalho.

Isso se refletiu eleitoralmente, p.ex., na vitória de Bolsonaro em 2018 e o segundo turno pressionado de 2022. Também emergiu nova modalidade do voto de opinião, em geral ligado a causas democráticas e civis, mas mais

fragmentárias, no limite até mesmo desvinculadas de algum projeto político de poder.

\*

A principal conclusão de conjunto deste debate é que, em síntese, abre-se uma nova e promissora realidade, embora ainda disputada, com a vitória de Lula presidente. O êxito do governo abre caminho à reconstrução do país, da democracia e retomada do desenvolvimento.

As forças do campo político social popular retomam a iniciativa, a esquerda está chamada a dirigi-la e estar no centro de condução pela conformação da ampla frente democrática em sustentação e pelo êxito do novo governo.

A crise é profunda no país, será preciso retomar a construção nacional, em laboriosa luta, nos termos das propostas programáticas apresentadas pelo PCdoB - forjar uma nova maioria política em torno de um pacto nacional pela retomada do desenvolvimento soberano. A força do povo precisa ser mobilizada em sustentação a esse projeto.

Por outro lado, o Brasil joga papel decisivo no entorno estratégico latino-americano e pode usufruir da realidade multipolar emergente que representa maior complexidade hoje, em comparação com 2003 no primeiro governo Lula, mas também maior margem de manobra geoestratégica para perseguir os interesses da reconstrução nacional do Brasil soberano. O papel da China avulta nesse sentido, oferece um panorama novo de perspectivas para as relações internacionais, mais ainda quanto a novos caminhos do desenvolvimento.

As perspectivas políticas de atuação no novo período que se abre são, portanto, mais positivas para enfrentar o dilema eleitoral e fortalecer o PCdoB. A superação dos retrocessos e do regime da ultradireita terá grande impacto para se redimensionar a relação com as massas e alcançar novo patamar e qualidade da comunicação com o povo trabalhador e as forças progressistas.

São trunfos de grande peso para relançar a força dos comunistas. Mas não há atalhos para projetar caminhos por onde acumular maior representação político-social e força eleitoral.

O PCdoB precisa promover ajustamentos na política de construção e organização, aprofundar seu senso de representação social, interpretar melhor a nova realidade sociológica brasileira e as novas morfologias e bandeiras das lutas sociais e civis, o papel central das redes sociais na luta política e formação da consciência social.

O acento tônico fica com o trabalho partidário entre o povo, melhor comunicação do que somos e que queremos representar, mantida a sólida e hábil atuação política e institucional, não se isolar unir forças para os grandes superar os grandes desafios nacionais. E organizar de modo renovado a disputa cultural-ideológica, de valores: somos o partido da solidariedade, para servir ao povo, à liberdade, tornando isso consentâneo com as características de povo brasileiro e das disputas eleitorais no país, com amplíssimo leque para atrair lideranças.

Esse é o passo para elevar o papel do partido e os laços com os trabalhadores e as massas populares, formular uma renovada linha de massas no espírito do tempo presente e suas novas características, à qual se vincule e subordine a ação partidária global, e transformar em força eleitoral toda a ação política, luta social e trabalho intelectual. É preciso atualizar a ciência e arte de produzir movimentos em torno de bandeiras e causas, mais ainda, de como promover a auto-organização dos que anseiam mudanças e se põem em movimento, traduzindo isso em consciência política e em votos no PCdoB.

Isso vai ligado ao necessário esforço organizativo, para lograr maior inserção e representação social do partido. Esforço que, em última instância, é promover a presença extensa dos comunistas na realidade dos trabalhadores e do povo. É daí que vem o voto: vem da confiança do povo nas propostas do PCdoB e suas lideranças e na presença militante cotidiana ao lado do povo.

No plano organizativo, é uma evidência hoje que a militância do partido se reduziu e que está mal dimensionada a estrutura de direção em função da base militante na organização de base nos territórios. As direções estão mais dispersas hoje, quadros que atuam muito “por cima”, sem maior protagonismo na sociedade. Aumentou a dispersão nas fileiras partidárias, o processo de centralização democrática é mais exigente. Sem coesão, convergência e disciplina, não se vai a lugar algum.

O 15º C retomou e atualizou essa pauta de desafios. É o programa da condução partidária para os próximos 3 anos. É preciso promover um grande revigoramento político-organizativo do partido nessa direção, com férrea determinação política, como requer o 15º Congresso.

Esse novo contexto deverá ser profundamente debatido, na realização de uma Conferência Nacional, de caráter político-organizativo, para ajustar e alinhar os rumos da construção partidária no sentido exigido.

De imediato, deve-se pôr em destaque:

- lutar por participações no governo federal que alavanquem nossa força própria e abram caminho para a intervenção concreta em áreas nevrálgicas da

retomada da construção nacional e na condução política do governo; o mesmo quanto à participação nos governos estaduais alcançados,

- lutar pelos mandatos das suplências indicadas, no plano federal e legislativos estaduais,
- centralizar pela direção nacional a indicação de quadros para a participação no governo federal; o mesmo quanto às direções estaduais,
- examinar as perspectivas da FEB como centro de ação e articulação política, liderá-la em vários Estados na condição de presidentes quando possível e desdobrá-la na ação das bancadas conquistadas na Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais,
- pôr em perspectiva as eleições de 2024 na ação política-institucional, de massas e de articulação segundo um plano concentrado de acumulação de forças mediante movimentos sociais e redutos eleitorais, e trabalhar por candidaturas no seio das FE-B,
- projetar a renovação de lideranças eleitorais do PCdoB em todo o país, atraindo novos nomes e preparando alternâncias desde já,
- No plano organizativo, adequar a estrutura organizativa e material do PCdoB à nova realidade de redução de recursos do Fundo Partidário e às sanções do TSE.

4 dezembro de 2022

### **Resultados eleitorais dos PCs em algumas partes do mundo.**

Trabalho da SRI, pesquisa e compilação de dados pela Secretária Ana Prestes)

#### **Chile**

O Partido Comunista do Chile (PCCh) possui hoje 2 senadores entre 50. Possui 12 deputadas/os entre 155. Também 6 prefeitadas/os entre 345 e 157 vereadoras/es entre 2252.

Nas eleições de 2021, o partido adquiriu 7,35% na votação para a Assembleia Nacional e 7,21% para o Senado. Para as 16 governações, o partido fez 3,82% dos votos. Para as prefeituras fez 5,22% e para câmaras de vereadores fez 9,23%.

#### **Colômbia**

O Partido Comunista Colombiano (PCC) possui hoje 1 senador entre 108 e 1 deputado entre 188. As eleições foram em 2022.

## **Portugal**

O Partido Comunista Português (PCP) possui hoje 6 parlamentares na Assembleia da República entre 230. Possui 24 presidentes de câmaras municipais entre 308 e 171 vereadoras/es entre 2074. Na candidatura à presidência, com João Ferreira em 2021, obteve 4,32% dos votos. Nas eleições legislativas de 2022 obteve 4,29% dos votos nacionais.

2019 - eleições para o Parlamento Europeu: 228.147 votos (6,88%), 2 deputados

2021 - eleições Presidenciais\*: 179.764 votos (4,31%), 4º lugar

2021 - eleições autárquicas: 410.666 votos (8,21%): 19 câmaras municipais (e muitas freguesias e eleitos em assembleias municipais)

2022 - eleições legislativas: 238.962 votos (4,30%), 6 deputados.

\*À exceção das Presidenciais (que são candidaturas pessoais), todas as outras candidaturas são em coligação com Os Verdes e o ID (CDU).

## **Espanha**

O Partido Comunista da Espanha possui hoje 5 parlamentares entre 350 no Congresso dos Deputados da Espanha e 1 senador entre 266.

Em 2019, o PCE participou das eleições legislativas dentro do Unidas Podemos que no total obteve 35 parlamentares com 12,8% dos votos para o Congresso.

Em 2015, o PCE participou das eleições legislativas na coligação Unidade Popular e obteve 3,7% dos votos, elegendo 2 deputados para o Congresso.

## **França**

O Partido Comunista Francês possui hoje 12 parlamentares entre 577 na Assembleia Nacional, com 2,9% dos votos nas eleições de 2022, e 14 senadoras/es entre 348.

O PCF teve candidato à presidência em 2022, como camarada Fabien Roussel, e obteve 2,28% dos votos em todo o país.

### **Bélgica**

O Partido do Trabalho da Bélgica (PTB) possui hoje 12 parlamentares entre 150, eleitos em 2019, com 8,6% dos votos, na Câmara dos Representantes e 5 senadores entre 60, eleitos também em 2019.

### **Índia**

O Partido Comunista da Índia Marxista (PCIM) obteve 2% dos votos nas eleições de 2019 para o parlamento nacional. Elegeram 3 parlamentares para a câmara baixa do parlamento indiano e 5 parlamentares para a câmara alta. Eles elegeram 87 membros para as assembleias provinciais em 9 províncias.

O Partido Comunista da Índia (PCI) conquistou 2 cadeiras parlamentares para câmara baixa do parlamento indiano e 2 cadeiras parlamentares para a câmara alta. Eles elegeram 21 membros para as assembleias provinciais.

### **África do Sul**

O Partido Comunista Sul-Africano (SACP) concorre nas eleições dentro do ANC (Congresso Nacional Africano). A ANC conquistou 57,5% dos votos nas eleições de 2019.

### **Uruguai**

O Partido Comunista do Uruguai possui hoje 7 parlamentares junto com aliados da lista 1001 na Câmara dos Representantes e 2 senadores.

Nas eleições de 2019, a lista 1001 obteve 6% dos votos obtidos pela Frente Ampla no primeiro turno.

Nas eleições internas da FA em 2022, o PCU passou a ser a força majoritária pela primeira vez após 30 anos, com 22,5% dos votos totais.

País	Ano	Votos	Deputados/as
Chile (PCCh)	2021	7,35%	12/155
Colômbia (PCC)	2022	17,35%*	1/188

Portugal (PCP)	2022	4,3%	6/230
Espanha (PCE)	2019	12,8% (UP)*	5 (PCE)/350
França (PCF)	2022	2,9%	12/577
Bélgica (PTB)	2019	8,6%	12/155
Índia (PCIM)	2019	2%	3/543
Índia (PCI)	2019	(sem dado)	2/543
África do Sul (SACP)	2019	57,5% (ANC)**	230 (total ANC)
Uruguai (PCU)	2019	39,02% (FA)***	7/99 (Lista 1001)****

\*O PCC participou das eleições dentro da chapa do Pacto Histórico que conquistou 17,35% dos votos e 28 cadeiras.

\*A informação obtida por parte da direção do SACP é de que os membros do partido participam como ANC no Congresso. Sigo tentando obter o número de comunistas que estão no parlamento.

\*O PCU participa das eleições e incorpora a bancada da Frente Ampla. E dentro da FA, o PCU participa da lista 1001 com aliados.

04 de dezembro de 2022